



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V – ESCRITOR JOSÉ LINS DO REGO  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

**LARISSA MONTEIRO DA SILVA MARQUES**

**ANÁLISE DAS CONDIÇÕES ERGONÔMICAS E DA SAÚDE OCUPACIONAL  
DO ARQUIVISTA**

**JOÃO PESSOA  
2025**

LARISSA MONTEIRO DA SILVA MARQUES

**ANÁLISE DAS CONDIÇÕES ERGONÔMICAS E DA SAÚDE OCUPACIONAL  
DO ARQUIVISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
(monografia) apresentado à  
Coordenação do Curso de  
Bacharelado em Arquivologia da  
Universidade Estadual da Paraíba,  
como requisito parcial à obtenção do  
Título de Bacharela em Arquivologia.

**Orientador:** Prof. M<sup>a</sup> Gerlane Farias Alves

**JOÃO PESSOA  
2025**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M357a Marques, Larissa Monteiro da Silva.

Análise das condições ergonômicas e da saúde ocupacional do arquivista [manuscrito] / Larissa Monteiro da Silva Marques. - 2025.

51 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2025.

"Orientação : Prof. Ma. Gerlane Farias Alves, Coordenação do Curso de Arquivologia - CCBSA".

1. Arquivística. 2. Ergonomia. 3. Saúde ocupacional. 4. Arquivo Público do Estado da Paraíba. 5. Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba - ESPEP. I. Título

21. ed. CDD 020.92

LARISSA MONTEIRO DA SILVA MARQUES

ANÁLISE DAS CONDIÇÕES ERGONÔMICAS E DA SAÚDE OCUPACIONAL DO  
ARQUIVISTA

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Coordenação do Curso  
de Arquivologia da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito  
parcial à obtenção do título de  
Bacharela em Arquivologia

Aprovada em: 06/06/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Andrea Xavier de Albuquerque de Souza** (\*\*\*.476.054-\*\*), em **14/06/2025 18:08:42** com chave **c070cbc8496311f0b3472618257239a1**.
- **Gerlane Farias Alves** (\*\*\*.615.644-\*\*), em **14/06/2025 17:51:27** com chave **574e48c0496111f0ac4906adb0a3afce**.
- **Esmeralda Porfirio de Sales** (\*\*\*.176.714-\*\*), em **14/06/2025 17:51:19** com chave **52a77152496111f0bddf1a1c3150b54b**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QrCode ao lado ou acesse [https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar\\_documento/](https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/) e informe os dados a seguir.

**Tipo de Documento:** Folha de Aprovação do Projeto Final

**Data da Emissão:** 15/06/2025

**Código de Autenticação:** 04da80



*À minha família, dedico.*

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, por me conceder força e coragem para seguir em frente nos momentos mais desafiadores.

À minha família pelo apoio incondicional durante toda essa jornada. Em especial, aos meus filhos João Victor e Heitor Vinícius.

Aos colegas de curso, pela parceria ao longo da caminhada. Em particular, à Géssica Laurentino pelo incentivo e pela troca de aprendizados.

À minha orientadora, Gerlane Farias Alves, pela paciência e atenção dedicada a cada detalhe, que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

À banca examinadora, composta pelas professoras Esmeralda Porfírio Sales e Andrea Xavier de Albuquerque de Souza, pela disponibilidade e pelas significativas contribuições.

## RESUMO

A organização de arquivos desempenha um papel fundamental na preservação e disponibilização de documentos que apoiam tanto as decisões institucionais quanto a memória coletiva. No entanto, as condições de trabalho enfrentadas pelos profissionais da gestão documental em arquivos apresentam desafios significativos para a saúde ocupacional, especialmente devido a riscos ergonômicos e ambientais. Este trabalho tem como objetivo principal analisar o impacto das condições ergonômicas na saúde dos trabalhadores que atuam em instituições arquivísticas. Trata-se de uma pesquisa aplicada e exploratória, fundamentada em uma revisão bibliográfica e em estudos de caso em duas instituições de arquivo. A metodologia inclui a aplicação de questionários online a diretores, funcionários e estagiários de arquivos públicos, visando identificar e avaliar as condições ergonômicas e as práticas de saúde ocupacional nesses espaços. A investigação foi realizada em duas instituições arquivísticas do estado da Paraíba: o Arquivo Público do Estado da Paraíba e a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba (ESPEP). Como resultado, foi constatado que muitos profissionais relataram desconforto físico e exposição a agentes biológicos no ambiente de trabalho. Conclui-se que é essencial a implementação de medidas ergonômicas e estruturais que promovam ambientes arquivísticos mais seguros e saudáveis.

**Palavras-chave:** arquivística; ergonomia; saúde ocupacional; Arquivo Público do Estado da Paraíba; Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba (ESPEP).

## ABSTRACT

The organization of archives plays a fundamental role in the preservation and availability of documents that support both institutional decisions and collective memory. However, the working conditions faced by professionals in document management in archives present significant challenges for occupational health, especially due to ergonomic and environmental risks. The main objective of this work is to analyze the impact of ergonomic conditions on the health of workers working in archival institutions. This is an applied and exploratory research, based on a literature review and case studies in two archival institutions. The methodology includes the application of online questionnaires to directors, employees and interns of public archives, aiming to identify and evaluate the ergonomic conditions and occupational health practices in these spaces. The research will be carried out in two archival institutions in the state of Paraíba: the Public Archive of the State of Paraíba and the School of Public Service of the State of Paraíba (ESPEP). As a result, we noticed that many professionals reported physical discomfort and exposure to biological agents in the work environment. It is concluded that it is essential to implement ergonomic and structural measures that promote safer and healthier archival environments.

**Keywords:** archival science; ergonomics; occupational health; Public Archives of the State of Paraíba; Public Service School of the State of Paraíba (ESPEP).

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|            |  |    |
|------------|--|----|
| Gráfico 1  | Faixa etária dos participantes.....                                  | 34 |
| Gráfico 2  | Nível de escolaridade dos participantes.....                         | 35 |
| Gráfico 3  | Tempo de trabalho no arquivo.....                                    | 35 |
| Gráfico 4  | Função no arquivo.....   | 36 |
| Gráfico 5  | Tipos de documentos manuseados.....                                  | 36 |
| Gráfico 6  | Condições ergonomicas no ambiente de arquivo.....                    | 37 |
| Gráfico 7  | Condições ergonomicas no ambiente de arquivo.....                    | 37 |
| Gráfico 8  | Aspectos ambientais e de saúde nos arquivos.....                     | 38 |
| Gráfico 9  | Condições de acesso a equipamentos de proteção individual (EPs)..... | 39 |
| Gráfico 10 | Melhorias no ambiente de trabalho.....                               | 39 |

## SUMÁRIO

|             |  |           |
|-------------|--|-----------|
| <b>1</b>    | <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>11</b> |
| <b>2</b>    | <b>A ERGONOMIA NOS ARQUIVOS .....</b>  | <b>14</b> |
| <b>2.1.</b> | <b>A origem da ergonomia .....</b>   | <b>14</b> |
| <b>3</b>    | <b>OS RISCOS OCUPACIONAIS ENCONTRADOS EM AMBIENTES DE<br/>/OS.....</b>                                   | <b>17</b> |
| <b>3.1</b>  | <b>Saúde e segurança no contexto de trabalho do arquivista.....</b>                                      | <b>19</b> |
| <b>3.2</b>  | <b>A evolução da saúde e segurança no trabalho e suas implicações<br/>no trabalho do arquivista.....</b> | <b>22</b> |
| <b>3.3</b>  | <b>Ações preventivas para garantia da saúde e segurança dos<br/>quivistas.....</b>                       | <b>26</b> |
| <b>4</b>    | <b>METODOLOGIA.....</b>  | <b>32</b> |
| <b>5</b>    | <b>ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>  | <b>34</b> |
| <b>6</b>    | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>  | <b>41</b> |
|             | <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>43</b> |
|             | <b>APÊNDICE A – TERMOS DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE<br/>TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....</b>     | <b>46</b> |
|             | <b>APÊNDICE B – MODELO DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE<br/>INFORMAÇÕES EM PESQUISA.....</b>              | <b>48</b> |
|             | <b>APÊNDICE C – MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO AOS<br/>RESPONDENTES DA<br/>PESQUISA.....</b>            | <b>49</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Os arquivos desempenham um papel fundamental na estrutura e funcionamento de organizações públicas e privadas, sendo responsáveis pela organização, preservação e disponibilização de documentos essenciais para a administração, a pesquisa e a preservação da memória institucional e social. Esses espaços detêm informações que servem não apenas como registro de atividades e eventos passados, mas também como suporte para decisões estratégicas e administrativas, além de serem fontes de estudo e consulta para pesquisadores e cidadãos interessados. Documentos arquivísticos são, portanto, peças-chave para a construção da memória coletiva e a continuidade das operações organizacionais, proporcionando uma base sólida de acesso à história e aos valores de uma instituição ou de uma sociedade.

Nesse contexto, a rotina de trabalho em arquivos exige esforços intensos dos profissionais que atuam na gestão documental, demandando uma série de habilidades técnicas, organizacionais e físicas. Arquivistas e demais funcionários que atuam nesses espaços lidam com demandas que incluem desde a classificação e conservação de documentos físicos até o manuseio de sistemas digitais e softwares específicos para a gestão documental. Tais tarefas requerem posturas prolongadas, manipulação de volumes de documentos pesados e, frequentemente, longos períodos diante de computadores. Essa combinação de fatores representam riscos ergonômicos e outros ocupacionais que, sem a devida atenção, podem acarretar problemas de saúde, como dores osteomusculares, lesões por esforços repetitivos (LER) e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT).

Além dos riscos ergonômicos, o ambiente arquivístico pode apresentar outros riscos ocupacionais, menos visíveis, mas igualmente prejudiciais. A exposição prolongada a poeira, fungos e outros micro-organismos é comum, uma vez que documentos armazenados por longos períodos acumulam sujeira e elementos que podem desencadear alergias, infecções e doenças respiratórias. Muitos profissionais também estão expostos a produtos químicos utilizados na conservação e no restauro de documentos, o que aumenta os riscos à saúde. A ventilação inadequada e a iluminação insuficiente, frequentes em

ambientes de arquivo, agravam essas condições, gerando um espaço de trabalho que pode ser hostil ao bem-estar dos trabalhadores.

Diante desse panorama, surge a necessidade de avaliar criticamente as condições ergonômicas e de saúde ocupacional nas instituições arquivísticas. Embora muitas vezes negligenciadas, essas condições têm impacto direto na saúde física e mental dos trabalhadores, afetando tanto o bem-estar individual quanto a produtividade e a eficiência operacional das instituições. Dessa forma, estudos sobre ergonomia e saúde ocupacional em arquivos são essenciais para entender como esses fatores afetam os profissionais do setor e para identificar melhorias possíveis no ambiente laboral, promovendo práticas mais seguras e saudáveis.

A presente pesquisa, ao focar na análise das condições ergonômicas enfrentadas pelos profissionais de gestão documental nas instituições arquivísticas, busca contribuir com informações e orientações para a elaboração de políticas e práticas que visem à criação de um ambiente de trabalho mais seguro e eficiente. Ao investigar e sugerir aprimoramento nas condições de ergonomia e saúde ocupacional espera-se não apenas a mitigação de riscos à saúde dos profissionais, mas também a valorização do trabalho arquivístico, reforçando a importância de um espaço que respeite a saúde e promova o desenvolvimento integral dos trabalhadores.

Desse modo, os elementos que nortearam a pesquisa e desenvolvimento deste trabalho se desdobraram através da seguinte problemática: **De que forma as condições ergonômicas nas instituições arquivísticas impactam a saúde ocupacional dos profissionais e quais práticas podem ser adotadas para promover melhorias no ambiente de trabalho em arquivos?**

A escolha em explorar este tema surgiu a partir do contato com a disciplina de Saúde e Segurança no Trabalho, onde tivemos a oportunidade de compreender a importância de práticas que promovem o bem-estar físico e mental dos profissionais em diversos ambientes. Esse contato inicial nos permitiu conhecer as normas de segurança, os princípios ergonômicos e as estratégias de prevenção de riscos ocupacionais, aspectos que nos despertaram interesse em aprofundar o estudo sobre as condições de trabalho específicas dos profissionais de arquivo.

Para discutir as questões propostas foi estabelecido o objetivo geral da

pesquisa que consiste em: analisar as condições ergonômicas em instituições de arquivo e discutir as ações necessárias para promover um ambiente de trabalho seguro e saudável. E como objetivos específicos: a) compreender o que são condições ergonômicas e como elas podem afetar os profissionais em geral; b) avaliar as normas e diretrizes existentes relacionadas à ergonomia e saúde ocupacional e sua aplicação prática em instituições arquivísticas; c) propor recomendações e melhorias para aprimorar as condições de trabalho, promovendo um ambiente mais saudável e seguro para os profissionais do setor.

Nesse sentido, este estudo pode contribuir significativamente para a melhoria das condições de trabalho no contexto das instituições arquivísticas, promovendo um ambiente mais seguro e saudável para os profissionais do setor. Além disso, poderá servir como base para futuras pesquisas e intervenções no campo arquivístico, enriquecendo a literatura sobre ergonomia aplicada à gestão documental e incentivando uma discussão mais ampla sobre a importância de condições de trabalho saudáveis na promoção da saúde ocupacional.

## 2 ERGONOMIA NOS ARQUIVOS

Os arquivos desempenham um papel importante no armazenamento de documentos, embora muitas vezes sejam subestimados pela sociedade, sendo lembrados apenas quando há necessidade de acesso a algum material específico. Sua principal função é proporcionar segurança nas decisões da administração responsável por sua criação, embora essa importância possa variar (Rodrigues, 2017).

Além disso, Segundo Silva (2022) eles preservam documentos históricos ou informações que podem ser valiosas para futuras pesquisas dentro da instituição. Inicialmente, os arquivos são gerados de forma burocrática para atender às demandas administrativas do órgão gerador. Com o tempo, à medida que seu valor histórico se torna evidente, sua relevância é reconhecida.

No que diz respeito ao trabalho do arquivista documental, conforme descrito na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) 415105, esses profissionais são responsáveis por organizar documentos e informações, orientar usuários e auxiliar na recuperação de dados. Eles disponibilizam fontes de informação, gerenciam a aquisição e incorporação de materiais ao acervo, além de classificar e armazenar documentos de acordo com critérios adequados para sua conservação. Os arquivistas também realizam serviços de computação, alimentam bancos de dados e elaboram estatísticas. Suas atividades incluem a elaboração e manutenção de arquivos, operando equipamentos reprográficos e assegurando a recuperação e preservação das informações em formatos digitais, magnéticos ou impressos (Brasil, 2024).

### 2.1 A origem da ergonomia

A ergonomia tem suas raízes nas transformações sociais, econômicas e tecnológicas ao longo da história do trabalho. Durante o Renascimento surgiram os primeiros estudos sistemáticos sobre a relação entre atividades humanas e suas consequências no corpo (Moraes; Mont'alvao, 2009).

Segundo Vasconcelos et al. (2001), os estudos sobre fisiologia do trabalho surgiram no início do século XX, destacando a necessidade de condições de trabalho mais seguras. A crítica ao taylorismo foi popularizada por

filmes como "Tempos Modernos" de Charlie Chaplin, que retratava a alienação e as condições precárias dos trabalhadores. Durante as guerras mundiais, a importância do conforto ergonômico foi evidenciada nas demandas dos pilotos, revelando a necessidade de adaptação das máquinas às características humanas. Assim, a ergonomia evoluiu para integrar as necessidades humanas ao técnico, destacando o progresso entre o fator humano e as tecnologias emergentes.

A configuração do espaço físico, incluindo a disposição de objetos, a iluminação e as cores, desempenha um papel crucial na promoção da segurança, saúde e conforto das pessoas. As condições de iluminação influenciam diretamente como os indivíduos percebem seu ambiente, afetando seu conforto visual. Isso pode resultar em sentimentos de fadiga, estresse e cansaço físico. Locais que oferecem amplo espaço, ventilação adequada, luz natural e núcleos vibrantes e tenros a gerar reações positivas nas pessoas. Essa resposta é, em grande parte, subjetiva, mas reflete-se de maneira objetiva no desempenho das atividades. Além disso, o ambiente confortável pode variar o estado mental, impactando a concentração e até mesmo provocando alterações de humor, seja acalmando ou estimulando os indivíduos (Conte, 2018, p. 75).

A ergonomia, inicialmente focada na indústria, expandiu-se para um campo interdisciplinar que considera a interação entre pessoas, máquinas e materiais em diversas atividades humanas, incluindo setores como saúde, educação e serviços. As reflexões teóricas da ergonomia abordam a saúde, segurança, conforto, usabilidade e qualidade de vida, impactando o desempenho e a eficiência no trabalho (Vasconcelos et al., 2001).

Historicamente, o termo "ergonomia" foi introduzido em 1857 e, em 1949, passou a ser reconhecido como um campo específico de estudo. A ergonomia busca adaptar o trabalho às características humanas, superando a visão taylorista que prioriza o estímulo financeiro e ignora as necessidades individuais (Moraes; Mont'alvao, 2009).

Segundo Ribeiro (2020), a ergonomia é dividida em três domínios:

- a) Ergonomia física: Foco nas características anatômicas e biomecânicas.
- b) Ergonomia cognitiva: Relaciona-se aos processos mentais que influenciam a interação humano-sistema.
- c) Ergonomia organizacional: Trata da otimização dos sistemas sociotécnicos nas organizações.

Além disso, a ergonomia deve considerar fatores principais (como temperatura e ruídos) e secundários (como relações humanas e de remuneração) que afetam o ambiente de trabalho. A rápida industrialização trouxe uma mudança de perspectiva, permitindo a necessidade de adequação do trabalho ao ser humano, em vez do contrário (Moraes; Mont'alvao, 2009).

### 3 OS RISCOS OCUPACIONAIS ENCONTRADOS EM AMBIENTES DE ARQUIVO

A profissão de arquivista é muito importante, pois desempenha um papel fundamental na organização e preservação de documentos e informações em diversos setores. Entretanto, essa função tem seus perigos que podem impactar a saúde e o bem-estar dos profissionais no local de trabalho. Muitas organizações possuem salas ou áreas específicas para o armazenamento de documentos, enquanto outras usam estantes, armários e gavetas. É nesse contexto que a atuação do arquivista se torna essencial (Fernandes, 2014).

A qualidade do ambiente é influenciada por diversos fatores, incluindo a iluminação, a temperatura e os níveis de ruído. Segundo Siqueira (1998, p. 244),

a maneira como esses espaços são utilizados contribui para a poluição, resultando frequentemente na acumulação excessiva de papéis e em outras práticas culturais que tornam esses locais de trabalho insalubres. Essa situação acaba impactando qualidades de vida dos indivíduos que os utilizam.

Segundo Ferreira (2014), os perigos ligados a essa profissão podem ser divididos em diferentes tipos. Riscos de Acidente estão relacionados a qualquer situação que possa colocar o trabalhador em um estado vulnerável, afetando sua integridade física e mental. Tais riscos incluem o uso inadequado de máquinas e equipamentos, a possibilidade de incêndios e o armazenamento incorreto de materiais.

Os arquivos de aço podem representar um dos maiores perigos para os trabalhadores. Ao manuseá-los de forma descuidada pode resultar em fraturas e lesões sérias nos ossos, tendões e ligamentos, como o risco de prender um dedo ou a mão ao fechar uma gaveta. Ainda, gavetas superiores que contêm mais documentos do que as inferiores podem causar um sobrepeso, fazendo com que o arquivo de aço incline-se para frente. A ausência de travas nos móveis também pode resultar em acidentes, caso as gavetas se abram repentinamente. É recomendável que os profissionais evitem trabalhar sozinhos, para que um colega possa prestar assistência em caso de emergência (Fernandes, 2014).

Por sua vez, os riscos ergonômicos são elementos que podem comprometer a saúde física e mental dos trabalhadores, resultando em doenças

ou desconforto. Posturas desafiadoras, repetição excessiva de tarefas, monotonia e a imposição de um ritmo de trabalho excessivo são exemplos desses riscos (Silva, 2007).

Ferreira (2014) destaca a importância para a utilização de proteção para móveis e equipamentos ergonômicos com o intuito de assegurar a saúde e a segurança no local de trabalho. Além disso, os riscos físicos estão ligados às diferentes fontes de energia encontradas no local de trabalho, como ruídos, temperaturas extremas, vibrações, umidade, radiações (tanto ionizantes quanto não ionizantes) e pressões fora do normal. Nos arquivos, os riscos físicos, geralmente associados ao calor, à umidade e ao frio.

Outro detalhe importante são os perigos químicos, que envolvem substâncias que podem entrar no organismo pela via respiratória, manifestando-se na forma de poeiras, fumos, névoas, gases e vapores, ou que podem ser absorvidas através da pele ou por ingestão. Em ambientes arquivísticos, esses riscos são mais comuns em laboratórios de restauração e preservação de documentos, onde diversas substâncias químicas são utilizadas (Silva, 2007).

Por último, os riscos biológicos dizem respeito à presença de agentes como bactérias, fungos, vírus, parasitas e insetos que podem estar em nossos acervos e agravar problemas de saúde, como alergias, problemas de visão e respiratórios. Esses agentes biológicos são favorecidos por condições como infiltrações nos arquivos e falta de limpeza adequada.

Medidas de controle coletivo, individual, técnico, médico e administrativo devem ser implementadas para prevenir a ocorrência de riscos. O objetivo é manter os riscos no local dentro das regras e restrições legais e técnicas. Quando o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) não for suficiente para reduzir a exposição a níveis seguros, recomenda-se limitar o tempo de exposição dos trabalhadores (Fernandes, 2014). Portanto, a análise mostra que os arquivos, assim como outros ambientes de trabalho, estão sujeitos a uma variedade de riscos, incluindo acidentes, problemas ergonômicos e ameaças biológicas. Para minimizar esses problemas, algumas normas regulatórias fornecem orientações sobre práticas permitidas para garantir a saúde e a segurança ocupacional, ajudando a minimizar a ocorrência de fatores de risco (Ferreira, 2014).

### 3.1 Saúde e segurança no contexto de trabalho do arquivista

Os arquivos contêm todos os documentos físicos que contêm informações sobre todas as atividades administrativas da instituição. Eles são essenciais para as operações.

Segundo Carvalho (2002, p. 115), o arquivo é um centro de informação ativo que deve estar sempre organizado e estruturado. Isso satisfará as exigências da gestão e evitará erros, facilitando assim a tomada de decisões e garantindo a continuidade do trabalho da organização.

Durante muito tempo, os arquivistas se concentraram na organização e gestão de arquivos, negligenciando questões importantes como sua própria saúde. Observou-se que muitos arquivos têm condições sanitárias precárias, o que é prejudicial à saúde e à segurança dos arquivistas.

Condições térmicas ambientais adversas que geram situações de estresse térmico afetam o desempenho das atividades humanas e, em alguns casos, geram grande tensão no trabalho, pois podem causar fadiga, sonolência, risco de acidentes e até mesmo sérios comprometimentos à saúde, além de desconforto (Camargo; Furlan, 2011, p. 283).

Camargo e Furlan (2011) argumentam que a exposição a temperaturas extremamente elevadas prejudica a troca de calor entre o corpo e o ambiente, o que também interfere no sistema termorregulador. Todos esses fatores podem levar à diminuição da produtividade do arquivista, pois o calor extremo pode causar desconforto e tornar o trabalho impraticável. A umidade também é um fator que pode prejudicar a saúde dos arquivistas, causando alergias e problemas respiratórios. Rosa e Lima (2019) apontaram que o desequilíbrio entre temperatura e umidade expõe os trabalhadores ao chamado estresse térmico, o que afeta diretamente o desempenho dos profissionais e aumenta a probabilidade de acidentes.

Os riscos químicos não surgem apenas da exposição a produtos químicos, mas também podem causar riscos à saúde. Em ambientes de arquivamento, o uso de produtos químicos para restaurar ou preservar arquivos não é comum. No entanto, a poeira é uma substância química à qual os arquivistas estão expostos todos os dias, pois o acúmulo de documentos leva à sua formação. Saleiro (2019, p1) afirma que mesmo pequenas quantidades

de exposição à poeira podem ser prejudiciais à saúde dos trabalhadores, pois estão diretamente ligadas a sintomas respiratórios como asma, pneumonia, alergias e bronquite.

Além dos riscos químicos abordados anteriormente, temos os riscos biológicos, causados por micro-organismos como bactérias, fungos, vírus e bacilos que podem causar graves problemas à saúde do arquivista. Como também, vários danos e deterioração dos documentos. Temos não só os microrganismos invisíveis a olho nu, mas também a presença de insetos como traças, aranhas, baratas, escorpiões e roedores, que juntos podem causar contaminação, pelo contato na pele pela via respiratória ou conjuntiva. As doenças podem acontecer nos casos de documentos que não passaram por uma técnica de higienização adequada, provocando doenças de pele, como dermatite, irritação nos olhos e picadas de insetos,

Os riscos ergonômicos, segundo o Ministério da Saúde são todos os fatores que podem interferir na saúde física e psicológica dos trabalhadores, causando desconforto e prejuízos à saúde (Brasil, 2020). Sobre estes riscos podemos citar: esforço físico, levantamento de peso, postura inadequada, monotonia e estresse. As lesões por esforço repetitivo (LER) e os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) também podem acometer os profissionais da arquivologia.

Segundo Torres e colaboradores (2013), as LER/DORT resultam da combinação de uma sobrecarga no sistema osteomuscular com a ausência de tempo adequado para a sua recuperação, o que pode levar à incapacidade laboral, seja temporária ou permanente. Os autores explicam que essas lesões têm causas diversas e complexas, que atuam de forma interligada e simultânea, sendo originadas tanto por fatores isolados quanto por fatores combinados.

A pressão intensa por resultados e lucro figura como uma das principais origens das doenças como LER e DORT, que levam ao afastamento dos profissionais. Essa situação está relacionada à falta de tempo adequado para a recuperação do trabalhador, que frequentemente se vê obrigado a continuar exercendo suas funções, muitas vezes por receio de perder o emprego. De acordo com Assunção (2019), muitos trabalhadores que apresentam sintomas dessas enfermidades sentem-se constrangidos e temerosos ao relatar suas condições, pois enfrentam o dilema entre cuidar da

saúde e atender às exigências de produtividade.

Camelo e Angerami (2008) apontam que os fatores psicossociais no ambiente de trabalho estão relacionados à percepção individual do trabalhador. Esses fatores não se limitam ao estresse e ao esgotamento físico causados por exigências como jornadas extensas ou cobranças excessivas, mas também abrangem dificuldades nas relações interpessoais e falhas na comunicação. Em uma abordagem mais recente, Rodrigues, Faiad e Facas (2020) destacam que os riscos psicossociais estão diretamente vinculados à forma como o profissional interage com seus colegas no contexto laboral. Dessa forma, compreende-se que tais riscos decorrem não apenas da percepção subjetiva do trabalhador, mas, sobretudo, da qualidade das interações sociais no ambiente organizacional.

Os fatores psicossociais no trabalho representam o conjunto de percepções e experiências do trabalhador, alguns de caráter individual, outros referentes às expectativas econômicas ou de desenvolvimento pessoal e outros, ainda, às relações humanas e seus aspectos emocionais (Camelo; Angerami, 2008, p. 234).

No contexto arquivístico, observa-se que, frequentemente, o profissional atua de forma isolada, o que pode contribuir para sentimentos de desmotivação e, em casos mais severos, quadros depressivos, decorrentes da ausência de interação social cotidiana com os demais colaboradores.

Segundo Landmann (1983, p. 17), o Estado preocupa-se com a saúde do indivíduo em função de sua utilização como instrumento de trabalho e não em função de suas esperanças, de seus anseios, de seus temores ou de seus sofrimentos”. Essa afirmação sugere que, historicamente, a preocupação institucional com a saúde do trabalhador esteve centrada na sua capacidade produtiva, negligenciando os aspectos subjetivos e emocionais de seu bem-estar.

Diante do elevado número de afastamentos e desligamentos decorrentes de enfermidades, acidentes e lesões ocupacionais, Oliveira e Murofuse (2001) observam que há uma tendência em atribuir ao próprio trabalhador a responsabilidade por sua saúde, desconsiderando o papel das instituições na promoção de condições adequadas de trabalho. Os autores argumentam que, por muito tempo, a visão fragmentada e funcionalista do trabalhador — compatível com os ideais da sociedade capitalista — atribuiu a ele a

responsabilidade exclusiva por sua saúde. Desconstruir essa concepção tem exigido esforços significativos daqueles que buscam transformar essa realidade (Oliveira; Murofuse, 2001, p. 113).

É possível, portanto, afirmar que fatores como abuso de autoridade, jornadas excessivas e condições insalubres de trabalho há muito tempo fazem parte do cotidiano de diversas categorias profissionais. No entanto, com os avanços nas discussões sobre saúde e segurança do trabalhador, bem como com a implementação de normas e legislações específicas, é possível perceber uma melhora, ainda que modesta, nas condições de trabalho.

Dessa maneira, torna-se evidente que a promoção de ambientes laborais mais saudáveis e seguros exige o comprometimento tanto das instituições quanto dos trabalhadores. O respeito mútuo às normas e diretrizes estabelecidas constitui um passo fundamental para a construção de relações de trabalho mais equilibradas e sustentáveis.

### **3.2 A evolução da saúde e segurança no trabalho e suas implicações no trabalho do arquivista**

A Revolução Industrial foi um marco no surgimento das indústrias e desempenhou papel fundamental na consolidação do sistema capitalista. Esse período representou a passagem do modelo de produção artesanal para a produção mecanizada, caracterizada pela comercialização da força de trabalho pelos operários. Contudo, a precariedade nas condições laborais, sem garantias mínimas de segurança e dignidade, desencadeou uma série de manifestações e reivindicações por melhorias nas relações de trabalho. Foi nesse contexto que se iniciaram os primeiros debates em torno da saúde e do bem-estar dos trabalhadores.

De acordo com Mendes e Dias (1991), a medicina do trabalho surgiu na Inglaterra, ainda na primeira metade do século XIX, como uma resposta às condições impostas pela Revolução Industrial. Nesse período, o ritmo intenso e desumano de produção comprometeu a saúde dos trabalhadores de forma tão significativa que foi necessário intervir, a fim de garantir a continuidade do próprio sistema produtivo.

Diante do elevado número de acidentes e mortes decorrentes das

precárias e desumanas condições de trabalho às quais homens e mulheres eram submetidos, tornou-se evidente a necessidade de oferecer serviços voltados à preservação da saúde dos trabalhadores. Nesse sentido, Mendes e Dias (1991) destacam a relevância da implementação de medidas de proteção à saúde ocupacional. Além da criação da Medicina do Trabalho, outro avanço significativo foi o surgimento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1919, com o propósito de formular e revisar normas e regulamentos que promovam condições laborais adequadas, assegurando os direitos fundamentais dos trabalhadores.

No contexto brasileiro, a proteção aos direitos dos trabalhadores foi consolidada por meio da criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sancionada em 1º de maio de 1943 pelo então presidente Getúlio Vargas, por meio do Decreto-Lei nº 5.452. Em relação à segurança e à medicina do trabalho, o artigo 155 da CLT estabelece que compete ao órgão responsável, em nível nacional, a implementação e fiscalização das medidas relacionadas a essas áreas.

Conforme o artigo 155 da CLT, a responsabilidade de coordenar, orientar, supervisionar e fiscalizar as atividades relacionadas à segurança e medicina do trabalho recai sobre o órgão competente em nível nacional, atualmente o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Entre suas funções estão a criação de normas regulamentadoras (NRs), a definição de diretrizes para a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, além de realizar inspeções nos locais de trabalho. Essas ações têm como objetivo assegurar condições adequadas de trabalho, proteger a integridade física e mental dos trabalhadores e garantir o cumprimento das legislações pertinentes.

As Normas Regulamentadoras, estabelecidas pela Portaria nº 3.214/1978, são um dos principais instrumentos legais voltados para a promoção da saúde e segurança no trabalho no Brasil. Elas determinam requisitos técnicos e procedimentos obrigatórios para empresas e empregadores, variando conforme o setor econômico e o tipo de atividade. A implementação eficaz dessas normas é essencial para reduzir os índices de acidentes de trabalho e para promover o bem-estar dos trabalhadores.

Dessa forma, é possível observar que, tanto internacionalmente, com a atuação da OIT, quanto no âmbito nacional, por meio da CLT e das NRs, houve

avanços consideráveis na proteção dos trabalhadores. Contudo, ainda são necessários esforços constantes para garantir a plena aplicação dessas normas e para consolidar a cultura de prevenção e valorização da saúde no ambiente de trabalho, tanto em organizações públicas quanto privadas.

O artigo 156 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) determina que as empresas são responsáveis por fiscalizar o cumprimento das normas de segurança no ambiente laboral. Além disso, cabe a elas empregar os recursos necessários para adequar o local de trabalho às exigências legais e aplicar as medidas corretivas em casos de descumprimento das regulamentações.

As Normas Regulamentadoras (NRs), que complementam o Capítulo V da CLT, foram estabelecidas por meio da Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978. Essas normas fornecem diretrizes sobre os direitos, deveres e obrigações de empregadores e empregados, com o objetivo de promover ambientes de trabalho mais seguros e de reduzir a incidência de acidentes e doenças ocupacionais (BRASIL, 2020). Atualmente, encontram-se em vigor 38 NRs, entre as quais se destacam algumas de grande relevância.

A NR-5 trata da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), cuja função principal é desenvolver ações preventivas voltadas à redução de acidentes no ambiente de trabalho. A NR-6, por sua vez, estabelece a obrigatoriedade do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), além de orientar sobre sua utilização correta. A NR-9 aborda a identificação e o controle dos riscos ambientais, incluindo os agentes físicos, químicos e biológicos, com a finalidade de neutralizar ou reduzir tais riscos por meio de medidas coletivas ou individuais. Já a NR-15 trata da caracterização de atividades insalubres, estabelecendo limites de tolerância para exposição a agentes nocivos. Por fim, a NR-17 foca nas condições ergonômicas, considerando as características psicofisiológicas dos trabalhadores, com vistas a garantir conforto, segurança e desempenho eficiente durante a execução das tarefas.

A adoção efetiva dessas normas e regulamentações voltadas à segurança e à saúde no trabalho contribui significativamente para a melhoria das condições laborais. No entanto, para que essas medidas sejam eficazes, é indispensável que os trabalhadores também se engajem e cumpram as orientações estabelecidas, colaborando ativamente na construção de um ambiente de trabalho mais seguro e saudável.

O envolvimento e a participação dos trabalhadores com o processo de trabalho e a reestruturação produtiva em constante mudança continuam a ser intensamente estudados, sendo consenso atual que ambos podem e devem influenciarem-se e beneficiarem-se mutuamente, evitando que a nova relação homem/máquina traga novos riscos para a saúde dos trabalhadores (Ornellas; Monteiro, 2006, p. 554).

No entanto, conforme destaca Porto (2000), a legislação por si só não é suficiente para contemplar todos os aspectos e estratégias necessárias à prevenção ou mitigação dos riscos ocupacionais presentes nas empresas e instituições. Diante disso, torna-se fundamental o desenvolvimento de metodologias específicas que promovam a saúde e a segurança no trabalho, levando em conta as particularidades e condições reais enfrentadas diariamente pelos trabalhadores.

De acordo com Porto (2000), a avaliação dos riscos nos ambientes de trabalho deve considerar não apenas as normas e legislações vigentes, mas também ir além delas, uma vez que a legislação não é capaz de contemplar todas as particularidades de cada setor, região ou organização, tampouco acompanhar plenamente as constantes mudanças nas estratégias de controle e eliminação de riscos em um contexto produtivo dinâmico.

Nesse sentido, Abrantes (2020) destaca a relevância de se promover não apenas o cumprimento das exigências legais, mas também de se investir ativamente em ações que garantam a saúde, segurança e bem-estar dos trabalhadores. Para isso, é essencial que as empresas desenvolvam suas próprias políticas internas de prevenção aos riscos ocupacionais, o que contribui significativamente para a melhoria da qualidade de vida no ambiente laboral.

No caso dos arquivos, sejam eles pertencentes ao setor público ou privado, é importante considerar suas particularidades, uma vez que cada instituição possui demandas e desafios específicos. Essas diferenças influenciam diretamente na maior ou menor exposição a riscos ocupacionais. Diante disso, torna-se imprescindível observar as características de cada arquivo e aplicar, de forma adequada, as normas regulamentadoras pertinentes, conforme as diretrizes dos órgãos competentes. Além da legislação vigente, outras iniciativas devem ser adotadas pelas organizações para garantir a segurança e integridade física dos trabalhadores, reconhecendo que a lei é

apenas uma das ferramentas disponíveis para esse fim.

### **3.3 Ações preventivas para garantia da saúde e segurança dos arquivistas**

Diante da análise dos riscos ocupacionais presentes nos ambientes arquivísticos, que podem comprometer a saúde e segurança do arquivista, é essencial identificar e implementar medidas e ações que promovam locais de trabalho mais seguros e, ao mesmo tempo, eficientes.

Entre as principais ações de segurança, destaca-se a conscientização dos trabalhadores sobre as formas de prevenção, considerada fundamental para a redução dos índices de doenças ocupacionais. Oliveira (2003) aponta que, tanto no Brasil quanto em diversos outros países, grande parte dos acidentes de trabalho ocorre devido ao comportamento dos próprios trabalhadores, que frequentemente negligenciam as normas de segurança e o uso adequado dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

De maneira similar, Carvalho e Dias (2012) ressaltam a dificuldade de engajar os trabalhadores no processo de conscientização, uma vez que, geralmente, são apenas aqueles que já sofrem de doenças ocupacionais ou que estão diretamente expostos a riscos que participam das iniciativas de prevenção. Dado o contexto ainda precário dos ambientes arquivísticos, a participação ativa dos arquivistas é fundamental.

Além da conscientização, que envolve a disseminação de informações sobre leis, direitos trabalhistas e normas de segurança e saúde no trabalho (SST), campanhas e datas comemorativas, como o Abril Verde, têm papel crucial na divulgação desses temas. Essa campanha visa alertar a sociedade sobre a importância da SST, além de homenagear as vítimas de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, com destaque para o Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes de Trabalho, celebrado no dia 28 de abril (Brasil, 2023).

Nas instituições e organizações com arquivos, é essencial que campanhas, palestras e treinamentos sobre riscos ocupacionais sejam realizados de forma periódica. O arquivista, por sua vez, deve exigir, por exemplo, que as empresas forneçam os EPIs necessários (máscaras, luvas, toucas, óculos de proteção). A utilização desses equipamentos, conforme estipulado pela NR-06, é obrigatória e constitui uma das bases para garantir um

ambiente de trabalho mais seguro.

Em termos gerais, o uso correto dos EPIs previne uma grande parte dos riscos ocupacionais no ambiente arquivístico. No entanto, Paletta, Yamashita e Penilha (2005) afirmam que os EPIs, embora importantes, não são totalmente eficazes, pois não eliminam completamente os riscos. Por essa razão, é essencial eliminar as causas dos riscos para reduzir sua ocorrência. Quando isso não for possível, o uso adequado dos EPIs é indispensável para proteger os trabalhadores.

Para minimizar os riscos físicos nos arquivos, é necessário instalar sistemas de ar-condicionado e umidificadores que controlem a temperatura e a umidade do ambiente, evitando tanto o calor excessivo quanto o aparecimento de mofo devido à umidade, o que prejudica tanto os arquivistas quanto os documentos.

Quanto aos riscos químicos, o excesso de poeira no ambiente arquivístico é um problema comum. O uso de máscaras para cobrir nariz e boca previne a inalação de grandes quantidades de pó. Outros EPIs, como toucas, luvas, óculos de proteção e jalecos, são essenciais para proteger os trabalhadores dos riscos biológicos. Os jalecos devem ser ajustados aos punhos para evitar que partes da pele fiquem expostas ao manusear caixas ou documentos, além de proteger contra fungos e bactérias presentes nos materiais.

É importante também destacar que acessórios como brincos, colares, anéis e relógios podem acumular sujeiras provenientes dos documentos, especialmente os não higienizados. Portanto, recomenda-se que esses itens sejam retirados antes de realizar qualquer atividade arquivística, a fim de evitar a contaminação.

A limpeza constante do arquivo, incluindo tanto os documentos quanto o espaço físico destinado à guarda dos acervos, é fundamental para evitar o acúmulo de poeira e a presença de insetos que se escondem entre as prateleiras e caixas de arquivos.

Para prevenir riscos ergonômicos e acidentes, é necessário planejar adequadamente a disposição do mobiliário no arquivo, geralmente composto por estantes e prateleiras. Essas estantes devem ser fabricadas com materiais adequados, como chapas de aço carbono fosfatizado com pintura eletrostática, evitando remendos ou cantos pontiagudos que possam prejudicar os

documentos ou os trabalhadores (CONARQ, 2014, p. 53). Além disso, a organização do acervo deve ser pensada para otimizar o fluxo documental, permitindo que os documentos mais utilizados sejam facilmente acessados e manipulados, facilitando também a limpeza do local.

No que diz respeito aos riscos psicossociais, as preocupações com a saúde mental no ambiente de trabalho têm aumentado, principalmente diante da alta taxa de afastamentos por transtornos psicológicos. Em resposta a essa realidade, a atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), promovida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em agosto de 2024, incluiu formalmente os riscos psicossociais no escopo do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO). Essa medida, vigente a partir de 26 de maio de 2025, determina que elementos como estresse, assédio e sobrecarga mental sejam reconhecidos como perigos à saúde dos trabalhadores e, portanto, devem ser identificados, avaliados e controlados no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) das organizações.

Guimarães, Martins e Botelho (2013) sugerem que a avaliação psicossocial dos trabalhadores seja realizada no momento da contratação e periodicamente, com o objetivo de identificar distúrbios psíquicos que possam afetar o desempenho no ambiente de trabalho. Em contraste, Pereira et al. (2020, p. 6) afirmam que

Os testes psicológicos aplicados nas avaliações psicossociais em geral não contemplam o trabalho e seus determinantes e não consideram as condições de trabalho e o processo de produção e gestão. Ou seja, os testes parecem estar distantes das situações de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores e, portanto, não captam a complexidade dos processos psicossociais vivenciados no ambiente laboral.

Assim, observa-se que os testes e avaliações psicossociais aplicados pelas organizações não devem ser o único recurso utilizado para prevenir possíveis psicopatologias. De acordo com Pereira et al. (2020), esses testes podem não refletir completamente as situações do dia a dia vividas no ambiente de trabalho, o que implica a necessidade de adotar outros métodos avaliativos.

Portanto, para garantir boas condições de trabalho aos funcionários, é essencial que, além das normas regulamentadoras, outras ações de saúde e segurança sejam implementadas pelas organizações. Um ambiente de trabalho adequado reduz os riscos ocupacionais, o que, por consequência, diminui os

afastamentos por questões de saúde. A implementação de um programa de medicina ocupacional oferece uma série de iniciativas que visam melhorar as condições de trabalho, destacando-se como uma das principais medidas preventivas para a saúde e segurança dos trabalhadores.

As ações preventivas para garantir maior saúde e segurança devem ser aplicadas em todos os ambientes de trabalho com potencial risco, incluindo o ambiente arquivístico. Tais medidas são essenciais não apenas para proteger a integridade física e mental dos arquivistas, mas também para valorizar a área, por meio da divulgação de mais pesquisas relacionadas ao tema.

As instituições encarregadas da guarda e manutenção de arquivos enfrentam diversos desafios que precisam ser debatidos e aprimorados, a fim de garantir que seu trabalho seja realizado de forma eficiente e que a informação seja disponibilizada conforme determina a legislação vigente.

Apesar da existência de leis que visam assegurar a preservação do patrimônio documental e cultural do país, a realidade demonstra que essas normas ainda não são plenamente efetivadas. Os arquivos públicos, em sua maioria, não se encontram adequados às exigências legais, e o governo, muitas vezes, se mostra distante de suas responsabilidades nesse campo. Tal situação evidencia a difícil conjuntura na qual os arquivos estão inseridos no Brasil. O descaso por parte do Estado, somado à carência de recursos humanos e materiais, bem como à baixa representatividade dos arquivos e centros de documentação, revela como essas instituições são percebidas pela sociedade e os danos que o país pode sofrer com a perda de informações valiosas contidas nesses acervos.

Sobre a importância da preservação documental, Charles M. Andrews (1863–1943, apud Schellenberg, 2002, p. 32) ressalta que quanto mais se compreende que a verdadeira história de uma nação está enraizada em sua organização constitucional e social — e não apenas em acontecimentos episódicos —, maior será o valor atribuído aos arquivos. Para ele, nenhum povo pode ser considerado conhecedor de sua própria história sem que seus documentos oficiais estejam devidamente organizados, preservados e acessíveis para pesquisa. Andrews conclui que “o cuidado que uma nação devota à preservação dos monumentos do seu passado pode servir como uma verdadeira medida do grau de civilização que atingiu”, sendo os arquivos, entre

esses monumentos, os de maior valor e importância.

Essa problemática de natureza social e governamental pode ser constatada por meio de visitas e pesquisas realizadas em arquivos públicos e privados pelo país — quando o acesso é permitido. Em muitos casos, os espaços destinados à guarda e ao tratamento documental assemelham-se a meros depósitos de papéis velhos e objetos sem valor arquivístico.

É comum que documentos produzidos por instituições públicas e privadas sejam armazenados em locais inadequados, como garagens, galpões e outros ambientes impróprios. Em projetos arquitetônicos, raramente se contempla, de forma estratégica, um espaço específico para os arquivos. Isso evidencia o abandono estrutural dessas unidades, que dependem da iniciativa e boa vontade de seus gestores para alcançar algum nível de adequação.

Arquivos e centros de documentação, frequentemente, ocupam prédios antigos sem estrutura física apropriada. Ao analisar esses espaços, é possível observar infiltrações, rachaduras e total ausência de controle dos agentes físicos (como luz, temperatura e umidade), químicos (poeira) e biológicos (micro-organismos, insetos e roedores). O resultado é a negligência tanto com a preservação do acervo quanto com as condições de trabalho dos profissionais que atuam nesses locais.

Esse cenário de descaso compromete diretamente a atuação dos arquivistas. Enquanto os arquivos forem vistos apenas como depósitos de papéis inutilizados, esses profissionais não conseguirão exercer plenamente seu papel informacional — seja administrativo, histórico, cultural ou social. Infelizmente, ainda hoje, é comum que funcionários com problemas de convivência no ambiente de trabalho sejam realocados para os arquivos, muitas vezes sem formação adequada, reforçando a desvalorização desse setor.

Diante dessa realidade, torna-se urgente repensar o papel dos profissionais da área e adotar uma postura mais proativa e inovadora, que promova a visibilidade dos arquivos perante a sociedade. Somente com essa mudança de perspectiva será possível romper com a pejorativa ideia de “arquivo morto” e consolidar os arquivos como espaços vivos e essenciais para a preservação da memória e da informação.

Além das deficiências estruturais, destaca-se a escassez de mão de obra especializada na área da arquivologia. Ainda que todas as organizações,

públicas ou privadas, necessitem de um espaço adequado para armazenar seus documentos de forma organizada, são raras as oportunidades oferecidas no mercado para profissionais qualificados. Isso revela uma visão equivocada por parte dos gestores, que ainda encaram os arquivos como simples depósitos de papéis obsoletos.

Essa realidade imposta aos arquivos é extremamente prejudicial aos arquivistas, que, diante da falta de reconhecimento e das condições precárias de trabalho, acabam se resignando a ambientes inóspitos, abrindo mão de lutar por melhorias tanto para os arquivos quanto para si próprios. Essa acomodação compromete o desempenho das atividades e a valorização da profissão dentro das instituições.

Dessa forma, a situação dos arquivos no Brasil expõe uma profunda lacuna no reconhecimento da importância do patrimônio documental nacional, tanto por parte dos gestores quanto da população em geral.

#### 4 METODOLOGIA

A presente pesquisa é de caráter exploratório e de campo, fundamentando-se em uma revisão bibliográfica e em estudos de caso realizados em instituições arquivísticas.

A análise dos dados foi efetivada por meio de uma abordagem quanti-qualitativa. Para a revisão bibliográfica, foi realizada uma análise minuciosa de artigos acadêmicos, normas técnicas e outros documentos relevantes sobre ergonomia e saúde ocupacional em ambientes arquivísticos. A revisão da literatura consiste na busca, análise e descrição de um conjunto de conhecimentos com o objetivo de responder a uma questão específica. O termo “literatura” abrange todo o material pertinente produzido sobre um tema, incluindo livros, artigos acadêmicos, reportagens, registros históricos, relatórios governamentais, teses e dissertações, entre outros tipos de publicações (Mattos, 2015).

No que diz respeito ao trabalho de campo, a pesquisa incluiu um estudo de caso realizado em duas instituições públicas localizadas em João Pessoa: a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba (ESPEP), situada na Rua Desportista João Apóstolo de Souza, s/n - Mangabeira VII, João Pessoa - PB, e o Arquivo Público do Estado da Paraíba (APEPB), localizado na Rua Abdias Gomes de Almeida, 800 - Tambauzinho, João Pessoa - PB.

A ESPEP, criada pela Lei nº 3.440, de 25 de outubro de 1966, tem como finalidade promover a qualificação dos servidores públicos estaduais por meio de cursos de capacitação e aperfeiçoamento. Desde 2011, a instituição tem ampliado sua atuação, firmando parcerias com órgãos públicos e fortalecendo a gestão por meio do desenvolvimento de recursos humanos.

O APEPB, por sua vez, foi criado oficialmente em 29 de dezembro de 2018, por meio da Lei nº 11.263. Sua missão é preservar, organizar e disponibilizar documentos produzidos pela administração pública estadual, promovendo a memória documental da Paraíba e contribuindo para a transparência e a eficiência na gestão pública.

A escolha dessas instituições deve-se à sua relevância no contexto da administração pública estadual e à representatividade de seus ambientes

arquivísticos no que tange às práticas de ergonomia e saúde ocupacional.

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário online, contendo 15 questões aplicadas via Google Forms, com foco nas condições de trabalho, práticas ergonômicas e problemas de saúde ocupacional enfrentados pelos trabalhadores. O público-alvo incluiu diretores, funcionários e estagiários das instituições mencionadas. Ao todo, participaram da pesquisa 13 profissionais da área de Arquivologia, com idades variando entre 18 e 55 anos, sendo 5 pertencentes ao Arquivo Público do Estado da Paraíba e 8 pertencentes à Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba (ESPEP). O questionário abordou aspectos como adequação do mobiliário, pausas para descanso e medidas de segurança.

Os dados coletados foram analisados de forma qualitativa e quantitativa. A análise qualitativa envolveu a identificação de padrões e temas recorrentes nas respostas, permitindo extrair percepções e experiências dos profissionais em relação às condições ergonômicas e à saúde ocupacional. Já a análise quantitativa consistiu na tabulação e representação dos dados em forma de porcentagens, facilitando a compreensão geral dos resultados. Foram incluídas também comparações entre diferentes grupos, com o intuito de proporcionar uma visão mais precisa das variáveis analisadas.

## 5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

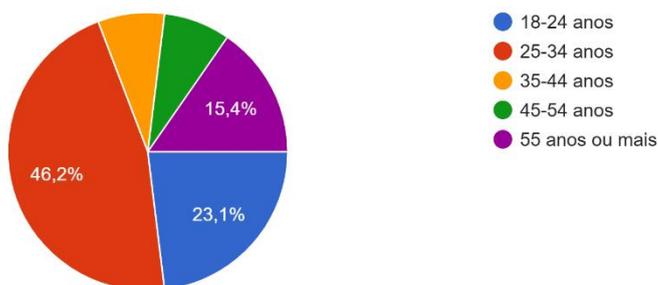
A saúde e a segurança do trabalho são aspectos essenciais em qualquer atividade profissional, especialmente em áreas como a Arquivologia, onde os profissionais estão expostos a riscos físicos, químicos, ergonômicos e biológicos. Este estudo teve como analisar as condições ergonômicas em instituições de arquivo e discutir as ações necessárias para promover um ambiente de trabalho seguro e saudável. A pesquisa foi realizada em duas instituições, o Arquivo Público do Estado da Paraíba e na Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, por meio da aplicação de um questionário. Os dados foram analisados a partir da soma total das respostas das duas instituições sem separação entre as mesmas.

Segundo os dados obtidos, a maioria dos participantes (46,2%) existentes nas duas instituições encontra-se na faixa etária de 25 a 34 anos, enquanto 7,7% pertencem às faixas de 35 a 44 anos e de 45 a 54 anos ou mais. Esses dados podem ser observados no gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1 – Faixa etária dos respondentes da pesquisa

1- Qual é a sua faixa etária?

13 respostas



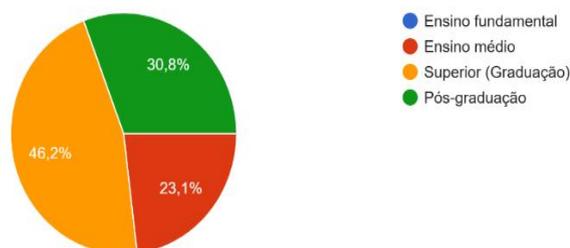
Fonte: Elaboração a partir dos dados obtidos através da pesquisa

Quanto ao nível de escolaridade, 46,2% dos entrevistados possuem ensino superior completo, 30,8% têm pós-graduação e 23,1% concluíram o ensino médio. Esses dados podem ser observados no Gráfico 2 abaixo:

Gráfico 2 - Nível de escolaridade dos respondentes

2- Qual é o seu nível de escolaridade?

13 respostas



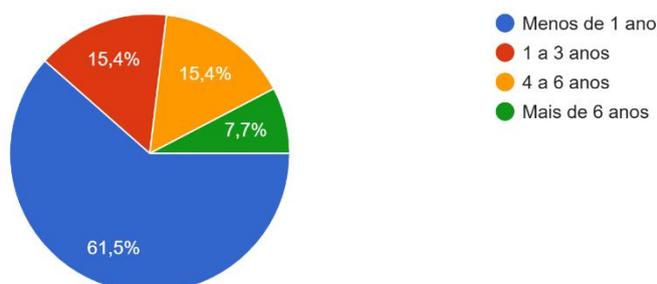
Fonte: Elaboração a partir dos dados obtidos através da pesquisa

Em relação ao tempo de atuação no setor arquivístico, a maior parte dos respondentes existentes nas duas instituições pesquisadas (61,5%) atua há menos de um ano, enquanto 15,4% têm entre 1 e 3 anos ou entre 4 e 6 anos de experiência. Apenas 7,7% trabalham há mais de 6 anos na área como observado no Gráfico 3 abaixo:

Gráfico 3 – Tempo de trabalho no setor arquivístico estudado

3- Há quanto tempo você trabalha no setor arquivístico?

13 respostas



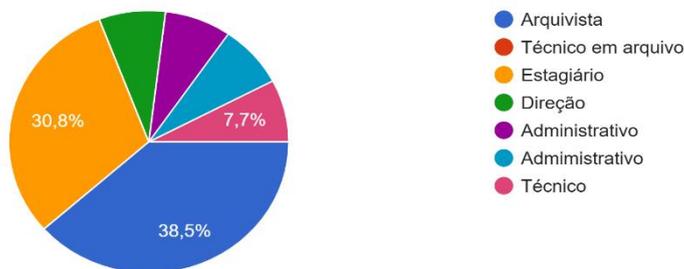
Fonte: Elaboração a partir dos dados obtidos através da pesquisa

No que se refere às funções desempenhadas nessas instituições, 38,5% atuam como arquivistas, 30,8% são estagiários e 7,7% exercem funções administrativas, técnicas ou de direção. A informação pode ser observada no Gráfico 4 abaixo:

Gráfico 4 – Principal função no arquivo segundo os respondentes

4- Qual é a sua principal função no arquivo?

13 respostas



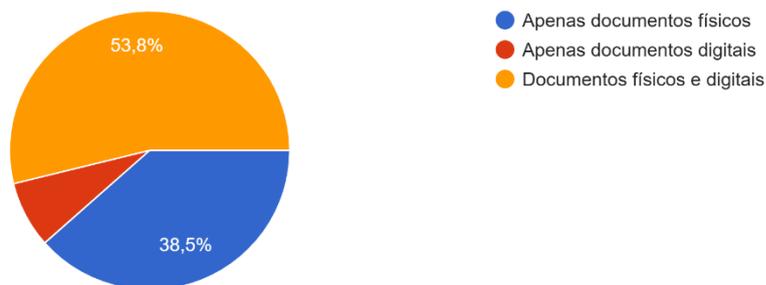
Fonte: Elaboração a partir dos dados obtidos através da pesquisa

Sobre o tipo de documento manuseado pelos profissionais em ambas as instituições, 53,8% trabalham com documentos físicos e digitais, 38,5% apenas com documentos físicos e 7,7% exclusivamente com documentos digitais.

Gráfico 5 – Tipos de documentos manuseados ‘

5- Em relação ao seu trabalho no arquivo, você lida com documentos físicos, digitais ou ambos?

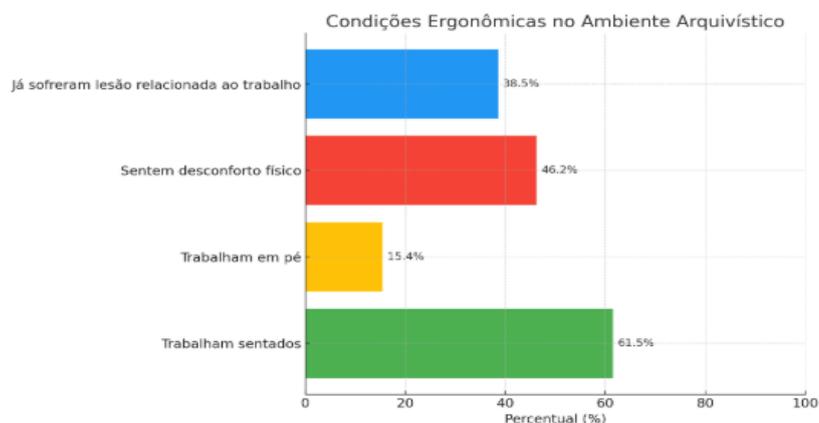
13 respostas



Fonte: Elaboração a partir dos dados obtidos através da pesquisa

A respeito das condições ergonômicas, 61,5% dos profissionais relataram passar a maior parte do tempo de trabalho sentados, enquanto 15,4% permanecem longos períodos em pé. Apesar disso, 46,2% relataram sentir desconforto físico decorrente da postura adotada no ambiente de trabalho, sendo que 38,5% já sofreram alguma lesão relacionada à atividade desenvolvida no arquivo. Podemos observar esses dados no gráfico 6 abaixo:

Gráfico 6 – Condições ergonômicas no ambiente de arquivo

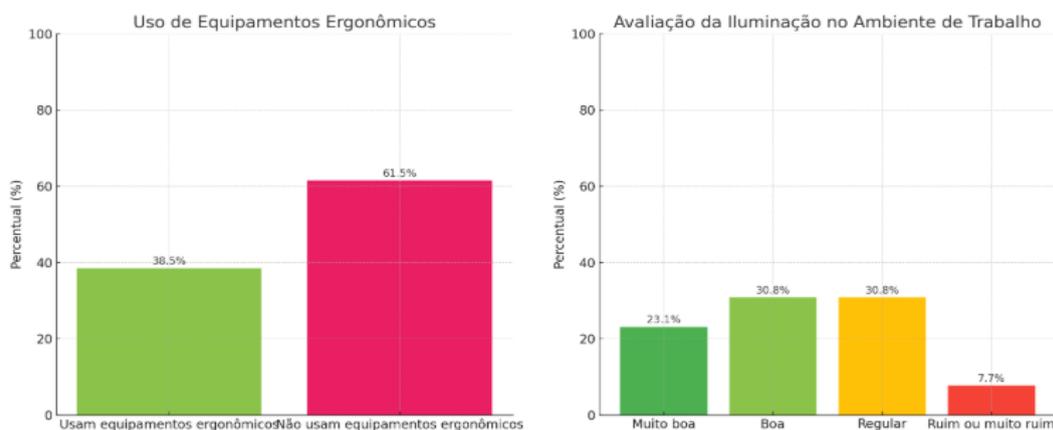


Fonte: Elaboração a partir dos dados obtidos através da pesquisa

Nos arquivos das instituições pesquisadas, a utilização de equipamentos ergonômicos ainda é limitada: 61,5% afirmaram não utilizar itens como cadeiras ajustáveis ou apoios para os pés, contrariando as diretrizes das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (NR-17), que estabelece requisitos mínimos para a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores.

Ademais, iluminação foi avaliada como boa por 30,8% dos respondentes, regular por outros 30,8% e muito boa por 23,1%; já 7,7% consideraram a iluminação ruim ou muito ruim. As informações estão representadas no gráfico 7 abaixo:

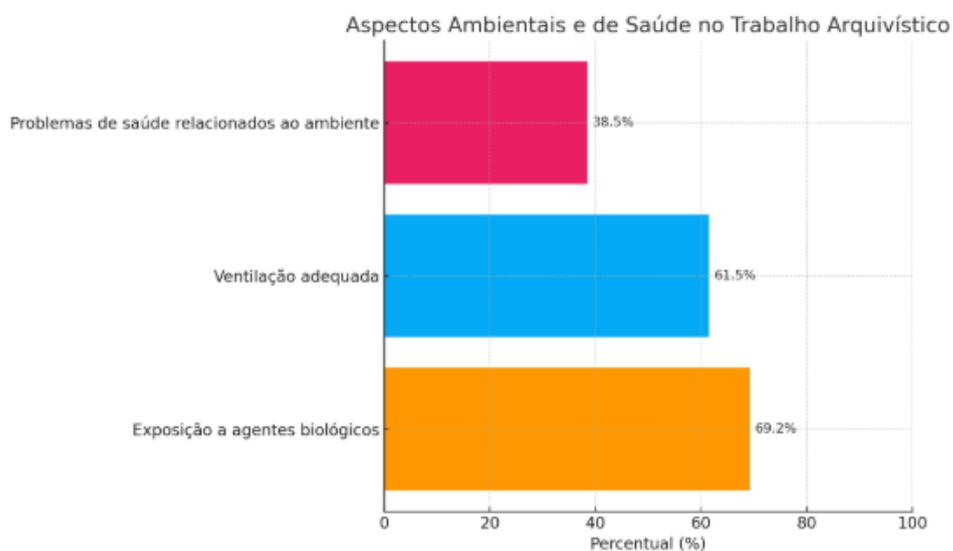
Gráfico 7 – Uso de equipamentos ergonômicos e a iluminação nos arquivos



Fonte: Elaboração a partir dos dados obtidos através da pesquisa

Outro ponto crítico identificado diz respeito à exposição a agentes biológicos. Um total de 69,2% dos participantes indicaram exposição constante a poeira, fungos ou micro-organismos. Apesar disso, 61,5% consideraram a ventilação do ambiente adequada. Quanto à ocorrência de problemas de saúde relacionados ao ambiente de trabalho, como alergias ou doenças respiratórias, 38,5% afirmaram já terem sido afetados. Essas informações podem ser observadas no gráfico 8 abaixo:

Gráfico 8 – Aspectos ambientais e de saúde nos arquivos



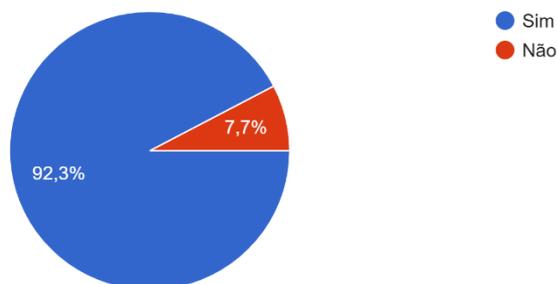
Fonte: Elaboração a partir dos dados obtidos através da pesquisa

No que diz respeito aos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), 92,3% relataram tê-los disponíveis, como máscaras e luvas. No entanto, 38,5% acreditam que as condições ergonômicas e de saúde ocupacional no ambiente de trabalho precisam de melhorias. Dentre as sugestões, destacam-se a necessidade de cadeiras mais confortáveis e ajustes no espaço físico de trabalho. As informações sobre o uso dos EPIs podem ser observadas no gráfico 9 abaixo:

Gráfico 9 – Condições de acesso a equipamentos de proteção individual (EPIs)

14- Você tem acesso a equipamentos de proteção individual (EPIs) no seu ambiente de trabalho, como máscaras ou luvas?

13 respostas



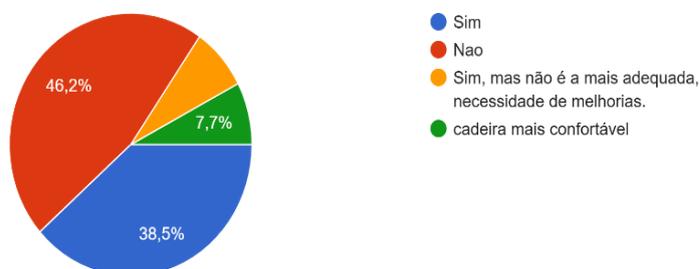
Fonte: Elaboração a partir dos dados obtidos através da pesquisa

Com relação as melhorias no ambiente, metade dos profissionais (53,8%) considera necessárias melhorias nas condições ergonômicas e ambientais. Dentre as sugestões, destacam-se a substituição do mobiliário, melhor ventilação e iluminação, e adequação do espaço físico. Essas observações estão alinhadas com o que propõe Oliveira (2003), ao afirmar que o investimento em ergonomia não deve se restringir à disponibilização de EPIs, mas envolver mudanças estruturais e organizacionais. Conforme mostra o gráfico 10 abaixo:

Gráfico 10 – Melhorias no ambiente de trabalho

15- Você considera que as condições ergonômicas e de saúde ocupacional em seu ambiente de trabalho precisam de melhorias? Se sim, quais?

13 respostas



Fonte: Elaboração a partir dos dados obtidos através da pesquisa

Os resultados evidenciam a necessidade de ações mais eficazes voltadas à promoção da saúde e segurança no ambiente arquivístico. Recomenda-se a

implementação de programas de capacitação contínua, investimentos em ergonomia e melhorias estruturais nos espaços de trabalho, como sistemas de ventilação e controle de agentes biológicos, de modo a garantir o bem-estar físico e mental dos profissionais da Arquivologia.

Portanto, os achados desta pesquisa reforçam o que já vem sendo discutido na literatura especializada: a necessidade urgente de transformar os ambientes arquivísticos em espaços mais saudáveis, seguros e humanos, onde a saúde ocupacional seja tratada de forma integrada e contínua. O investimento em ergonomia e saúde do trabalhador não deve ser encarado como um custo, mas como uma ação estratégica de valorização profissional e de fortalecimento institucional (Oliveira, 2003).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada, fica evidente que as condições ergonômicas e de saúde ocupacional nos ambientes arquivísticos ainda apresentam fragilidades significativas, que impactam diretamente a qualidade de vida e o desempenho dos profissionais da área. A pesquisa demonstrou que, embora existam legislações e normativas que visam proteger o trabalhador, como as Normas Regulamentadoras (NRs) e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a efetivação dessas medidas nas instituições arquivísticas nem sempre ocorre de forma adequada.

Os dados coletados junto aos profissionais do Arquivo Público do Estado da Paraíba (APEPB) e da Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba (ESPEP) revelam um cenário marcado pela exposição a riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e psicossociais. Problemas como mobiliário inadequado, ausência de equipamentos ergonômicos, exposição constante à poeira e micro-organismos, além da sobrecarga de trabalho e do isolamento social, foram destacados como fatores que comprometem a saúde ocupacional e mental desses trabalhadores.

Diante disso, reforça-se a urgência da implementação de políticas institucionais voltadas à prevenção e ao controle de riscos nos arquivos, com ações que envolvam desde a adequação dos espaços físicos e fornecimento de EPIs até a promoção da saúde mental e valorização dos profissionais da Arquivologia. A capacitação contínua, a realização de campanhas educativas e o fortalecimento do compromisso dos gestores com as condições de trabalho devem compor o conjunto de medidas essenciais para transformar a realidade observada.

Por fim, conclui-se que garantir ambientes arquivísticos saudáveis, seguros e humanizados é condição indispensável não apenas para o bem-estar dos profissionais, mas também para a valorização da própria função social dos arquivos. A saúde do arquivista deve ser compreendida como parte integrante da qualidade da gestão documental, sendo necessário romper com a visão de invisibilidade e negligência que historicamente marcou esse campo de atuação. Assim, promover melhorias concretas nesse cenário é também contribuir com a

preservação da memória, da informação e da dignidade do trabalho arquivístico no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, Diego Saimon de Souza. **A Responsabilidade da empresa para além do contexto de saúde e segurança no meio ambiente de trabalho.** Revista Arquivos Científicos (IMMES), v. 3, n. 2, p. 46-51, 16 dez. 2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da Arquivologia. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 18, n. 37, p. 61-82, 2013.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila. **Invisibilidade social das doenças profissionais no Brasil (1919-2019).** Ciência & Saúde Coletiva, v. 27, n. 4, p. 1423-1433, 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em: <https://madmunifacs.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Classificação Brasileira de Ocupações: CBO 4151-05 – Arquivista de Documentos.** Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>

BRASIL. MTE. **Portaria nº 1.419, de 27/08/2024.** Aprova nova redação do capítulo 1.5 – GRO e altera Anexo I da NR-1. DOU, 28 ago. 2024. Disponível em: <...>. Acesso em: 13 jun. 2025.

CAMARGO, Maristela Gomes de; FURLAN, Maria Montserrat Diaz Pedrosa. **Resposta fisiológica do corpo às temperaturas elevadas: exercício, extremos de temperaturas e doenças térmicas.** Revista Saúde e Pesquisa, v. 4, n. 2, p.278-288, 2011.

CAMELO, Sílvia Helena Henriques; ANGERAMI, Emília Luígia Saporiti. **Riscos psicossociais no trabalho que podem levar ao estresse: uma análise da literatura.** Revista Ciência Cuidado e Saúde. [S. l.], v. 7, n. 2, p. 232-240, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Criação e Desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania.** Rio de Janeiro, 2014.

CONTE, S. R. R. O bibliotecário e a percepção do seu espaço físico e ambiental. **RBBB - Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 71-86, maio 2018.

CARVALHO, André Francisco Silva; DIAS, Elizabeth Costa. **Promoção da Saúde no Local do Trabalho: Revisão Sistemática da Literatura.** Revista Brasileira em Promoção da Saúde. Fortaleza, 25(1): 116-126, 2012.

CARVALHO, Elizabeth Leao de; LONGO, Rose Mary Juliano. **Informação orgânica: recurso estratégico para tomada de decisão pelos membros do conselho de administração da UEL.** Informação & Informação, [S. l.], v. 7, n. 2,

p. 113-133, 2002.

FERNANDES, E. S. **Ergonomia na Arquivologia: levantamento sobre os principais riscos ocupacionais à saúde do arquivista e propostas de medidas preventivas**. Orientadora: Jacqueline Echeverría Barrancos. 2014. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2014.

FERNANDES, Almesinda Martins de Oliveira; SILVA, Michelle Cristina da; OLIVEIRA, Sharleny Domitildes de. **Gestão de saúde, biossegurança e nutrição do trabalhador**. Goiânia: AB, 2006.

FERREIRA, Daniela da Silva. **É melhor prevenir do que remediar!! Aspectos Técnicos e Práticos da Segurança do Trabalho do Arquivista**. 2014. 87f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Arquivologia). – Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em:  
[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo\\_C1\\_como\\_elaborar\\_projeto\\_d\\_e\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_d_e_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf)

GUIMARÃES, Liliana Andolpho Magalhães; MARTINS, Daniela de Almeida; BOTELHO, Adriana S de Oliveira. **Contribuições para a avaliação psicossocial da norma reguladora 33 (NR-33)**. Perspectivas Em Gestão & amp; Conhecimento, [S.l.], v. 3, p. 57-66, 2013.

LANDMANN, Jayme. **Medicina não é saúde: as verdadeiras causas da doença e da morte**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

MENDES, René; DIAS, Elizabeth Costa. **Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador**. Revista de Saúde Pública, v. 25, n. 5, p. 341-349, 1991.

OLIVEIRA, Beatriz Rosana Gonçalves de.; MUROFUSE, Neide Tiemi. **Acidentes de trabalho e doença ocupacional: estudo sobre o conhecimento do trabalhador hospitalar dos riscos à saúde de seu trabalho**. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 9, n. 1, p. 109-115, janeiro 2001.

OLIVEIRA, João Cândido de. **Segurança e Saúde no trabalho: uma questão mal compreendida**. São Paulo em Perspectiva, v. 17, n. 2, p. 03-12, 2003.

PENILHA, Débora Ferrazoli e PALETTA, Fátima Aparecida Colombo e YAMASHITA, Marina Mayumi. **A importância do uso dos equipamentos de proteção individual (EPIs) para profissionais: arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus**. 2005, Anais.. Campos do Jordão: Instituto de Química, Universidade de São Paulo, 2005.

PEREIRA, Ana Carolina Lemos *et al.* **Fatores de riscos psicossociais no trabalho: limitações para uma abordagem integral da saúde mental relacionada ao trabalho**. Revista brasileira de Saúde Ocupacional, v. 45, p. e18, 2020.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. **Análise dos riscos nos locais de trabalho: conhecer para transformar.** Caderno de Saúde do Trabalhador: Instituto Nacional de Saúde do Trabalhador (INST). São Paulo: Kingraf, p. 01-41, 2000.

RIBEIRO, Marília Vital et al. **Políticas de informação ergonômicas voltadas ao trabalhador de arquivos e bibliotecas.** 2020.

RODRIGUES, A. M. L. A teoria dos arquivos e gestão dos documentos. **Belo Horizonte, Perspect. Cienc. inf.;** Belo Horizonte, v.1, n. 01, p.102-117, jan./abr.2006.

RODRIGUES, Carlos Manoel Lopes; FAIAD, Cristiane; FACAS, Emílio Peres. **Fatores de Risco e Riscos Psicossociais no Trabalho: Definição e Implicações.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 36, n. spe, p.e36nspe19, 2020.

ROSA, Victor Cupertino; LIMA, Luiz Eduardo Melo. **O estresse térmico visto como risco ocupacional.** Revista Gestão Industrial. Ponta Grossa, v. 15, n. 2, p. 53-73, 2019.

SALEIRO, Sandra *et al.* **Exposição ocupacional a poeira: um risco à saúde ou subestimado?.** Jornal Brasileiro de Pneumologia, v. 45, n. 4, 2019.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas.** 6 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SILVA, Francelina Helena Alvarenga Lima e. Segurança e saúde do profissional em conservação. **Rio de Janeiro: MAST,** v.9, p. 163-174, 2007.

SILVA, Isabela Costa. O acesso à informação e a função social dos arquivos: olhares e perspectivas para a arquivologia no século XXI. In: **XXII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.** 2022.

SIQUEIRA, Luiz Fernando de Góes. O controle de qualidade do ar de interiores e a saúde ocupacional. In: VIEIRA, Sebastião Ivone (Org.). Medicina básica do trabalho. **Curitiba: Gênese,** 1998. v. 5, p. 241-245.

**TIPOS DE REVISÃO DE LITERATURA.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>>.

TORRES, Amélia Romana Almeida *et al.* **O adoecimento no trabalho: repercussões na vida do trabalhador e de sua família.** Revista de Políticas Públicas. [S. l.], v. 10, n. 1, 2013.

VASCONCELOS, Anselmo Ferreira et al. Qualidade de vida no trabalho: origem, evolução e perspectivas. **Caderno de pesquisas em Administração,** v. 8, n. 1, p. 23-35, 2001.

## APÊNDICE A – TERMOS DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Senhor Gerente,

Solicitamos a autorização dessa Gerência, bem como autorização da Diretoria Administrativa, para a produção intelectual científica de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC intitulado “ANÁLISE DAS CONDIÇÕES ERGONÔMICAS E SAÚDE OCUPACIONAL NA GESTÃO DE DOCUMENTOS: UM ESTUDO DE CASO EM INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS” da graduanda em arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Larissa Monteiro da Silva Marques sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Ma. Gerlane Farias Alves.

Essa autorização se faz necessária, tendo em vista que a referida graduanda utilizará de informações presentes no âmbito da instituição da Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba (ESPEP) para compor o estudo de caso, com o objetivo de analisar as condições ergonômicas e de saúde no ambiente de arquivo. A pesquisa de cunho exploratório diz respeito a um estudo de caso dos processos e métodos utilizados pela instituição Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba (ESPEP) mostrando a relação emitente entre a gestão documental e aspectos ligados a ergonomia e saúde no trabalho. Dessa forma, será necessário o uso de técnicas de pesquisa como: coleta de dados e registros que serão utilizados para compor a pesquisa que resultará em uma Monografia.

Respeitosamente,

*Larissa Monteiro da Silva Marques*

Larissa Monteiro da Silva Marques  
Graduanda em Arquivologia – UEPB

*Marcos Vicente dos Santos*

Marcos Vicente dos Santos  
Coordenador Administrativo do NAD-ESPEP

Marcos Vicente dos Santos  
Coord. Adm. do NAD-ESPEP  
Mat. 192.612-8

08.761.140/0002-75  
ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO  
DO ESTADO DA PARAÍBA - ESPEP  
Rua Desportista João Apolito de Souza, 58  
Mangabeira VI - CEP 58.050-662  
João Pessoa - PB

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE TRABALHO DE  
CONCLUSÃO DE CURSO**

Senhor Gerente,

Solicitamos a autorização da Diretora Executiva do Arquivo Público do Estado Paraíba para a produção intelectual científica de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC intitulado “ANÁLISE DAS CONDIÇÕES ERGONÔMICAS E SAÚDE OCUPACIONAL DO ARQUIVISTA” da graduanda em arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Larissa Monteiro da Silva Marques sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Ma. Gerlane Farias Alves.

Essa autorização se faz necessária, tendo em vista que a referida graduanda utilizará de informações presentes no âmbito da instituição do Arquivo Público do Estado da Paraíba (APEPB) para compor o estudo de caso, com o objetivo de analisar as condições ergonômicas e de saúde no ambiente de arquivo. A pesquisa de cunho exploratório diz respeito a um estudo de caso dos processos e métodos utilizados pela instituição Arquivo Público do Estado da Paraíba (APEPB) mostrando a relação emitente entre a gestão documental e aspectos ligados a ergonomia e saúde no trabalho. Dessa forma, será necessário o uso de técnicas de pesquisa como: coleta de dados e registros que serão utilizados para compor a pesquisa que resultará em uma Monografia.

Respeitosamente,

---

Larissa Monteiro da Silva Marques  
Graduanda em Arquivologia – UEPB

 Documento assinado digitalmente  
REBECA DE OLIVEIRA PATRÍCIO  
Data: 13/05/2024 10:42:29-0330  
Verifique em <https://validar.j5.gov.br>

---

Rebeca de Oliveira Patrício  
Diretora Executiva do Arquivo Público do Estado Paraíba

## APÊNDICE B – MODELO DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE INFORMAÇÕES EM PESQUISA ACADÊMICA

Prezado (a) Senhor (a),

Vimos, por meio desta solicitar sua participação na coleta de dados de nossa pesquisa acadêmica. Esta pesquisa, intitulada “ANÁLISE DAS CONDIÇÕES ERGONÔMICAS E DA SAÚDE OCUPACIONAL NA GESTÃO DE DOCUMENTOS: UM ESTUDO DE CASO EM INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS”, está sendo desenvolvida pela graduanda em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Larissa Monteiro da Silva Marques, sob orientação da Profa. Ma. Gerlane Farias Alves.

Desse modo, solicitamos a sua colaboração para responder esta entrevista composta por 15 perguntas sobre o assunto, com duração média de 5 minutos, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em meio acadêmico assim como sua publicação em eventos e revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Os pesquisadores estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

**Diante do exposto, sua assinatura neste termo mostra que foi devidamente esclarecido(a) e que deu seu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.**

Agradecemos a sua colaboração!

---

**Assinatura do Participante do estudo**

## APÊNDICE C – MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO AOS RESPONDENTES DA PESQUISA

### CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE

1- Qual é a sua faixa etária?

- a) 18-24 anos
- b) 25-34 anos
- c) 35-44 anos
- d) 45-54 anos
- e) 55 anos ou mais

2- Qual é o seu nível de escolaridade?

- a) Ensino fundamental
- b) Ensino médio
- c) Superior (Graduação)
- d) Pós-graduação

3- Há quanto tempo você trabalha no setor arquivístico?

- a) Menos de 1 ano
- b) 1 a 3 anos
- c) 4 a 6 anos
- d) Mais de 6 anos

4- Qual é a sua principal função no arquivo?

- a) Arquivista
- b) Técnico em arquivo
- c) Estagiário
- d) Outros:

5- Em relação ao seu trabalho no arquivo, você lida com documentos físicos, digitais ou ambos?

- a) Apenas documentos físicos
- b) Apenas documentos digitais
- c) Documentos físicos e digitais

### CONDIÇÕES ERGONÔMICAS E RISCOS OCUPACIONAIS NO AMBIENTE DE TRABALHO

6- Você costuma ficar longos períodos em pé ou sentado durante a jornada de trabalho?

- a) Sim, em pé

- b) Sim, sentado
  - c) Não
- 7- Você percebe algum desconforto físico devido a postura no ambiente de trabalho?
- a) Sim
  - b) Não
- 8- Você já teve alguma lesão relacionada ao seu trabalho no arquivo? (ex: dor nas costas, LER (lesão por esforço repetitivo) ou DORT (distúrbio osteomuscular relacionado ao trabalho)?
- a) Sim
  - b) Não
- 9- Você utiliza algum tipo de equipamento ergonômico, como cadeira ajustável ou apoio para os pés?
- a) Sim
  - b) Não
- 10- Como você avalia a iluminação no local de trabalho?
- a) Muito boa
  - b) Boa
  - c) Regular
  - d) Ruim
  - e) Muito ruim
- 11- Você está constantemente exposto a poeira, fungos ou outros micro-organismos devido ao ambiente do arquivo?
- a) Sim
  - b) Não
- 12- A ventilação no ambiente de trabalho é adequada?
- a) Sim
  - b) Não
- 13- Você já sofreu algum problema de saúde relacionado ao ambiente de trabalho, como alergias ou problemas respiratórios?
- a) Sim
  - b) Não
- 14- Você tem acesso a equipamentos de proteção individual (EPIs) no seu ambiente de trabalho, como máscaras ou luvas?

- a) Sim
- b) Não

15- Você considera que as condições ergonômicas e de saúde ocupacional em seu ambiente de trabalho precisam de melhorias? Se sim, quais?

- a) Sim:
- b) Não